



**CLIPPING INTERNET**  
**22/12/2021 ATÉ 22/12/2021**



# INDÍCE

---

1	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
1.1	SITE O MARANHENSE.....	1
2	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)	
2.1	SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR).....	2
3	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
3.1	SITE ANOREG.....	3
3.2	SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR).....	4

## **CNJ conclui primeiro ciclo de identificação e documentação de pessoas presas**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concluiu, na última semana, o primeiro ciclo de missões de lançamento da Ação Nacional de Identificação e Documentação Civil de Pessoas Presas. O objetivo é criar fluxos permanentes com instituições locais e nacionais para a emissão de até 12 tipos de documentos a pessoas privadas de liberdade a partir da confirmação da identidade civil, conforme define a Resolução CNJ n. 306/2019.

Em 2021, a ação coordenada pelo CNJ foi iniciada em cinco estados - Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e Tocantins. “Garantir uma emissão confiável de documentos civis às pessoas privadas de liberdade é requisito fundamental ao exercício da cidadania”, afirmou o secretário-geral do CNJ, Valter Shuenquener, durante missão em Mato Grosso.

O coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, Luís Lanfredi, pontuou que o acesso a políticas e serviços públicos tem o potencial de diminuir os efeitos danosos do cárcere. “Esse cenário facilitará a reintegração à sociedade por meio do trabalho, do estudo e dos benefícios sociais.”

A ação nacional cria fluxos permanentes para a confirmação de identidade na porta de entrada do sistema prisional. De forma paralela, é trabalhada a emissão de documentos na porta de saída, a partir de listas emitidas pelo Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) - nessa modalidade, já foram emitidos 3,6 mil documentos em 18 estados.

As atividades integram o programa Fazendo Justiça, parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para incidir em desafios no campo da privação de liberdade. A ação de identificação e documentação tem ainda parceria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen).

Nos cinco estados que receberam as missões em 2021, foram realizados treinamentos com as equipes que realizarão a confirmação biométrica. O CNJ enviou mais de 5 mil kits a todas os estados. As informações coletadas integrarão base de dados unificada do TSE que já tem milhões de informações biométricas de brasileiros e brasileiras.

### **Pelo país**

Após o primeiro lançamento em Mato Grosso em meados de novembro, a missão chegou a Mato Grosso do Sul no final do mesmo mês. Para o corregedor-geral de Justiça do TJMS, desembargador Luiz Tadeu Barbosa Silva, há necessidade de mudança de paradigmas a respeito da população que passa pelo sistema. “É muito difícil você falar que está estendendo a mão a uma pessoa que se encontra presa, a sociedade não vê isso com bons olhos. Mas essa é uma resistência que precisamos vencer. Nós precisamos de uma sociedade mais justa, mais humana, e é isso que eu vejo nas atividades do CNJ, do TSE e de todas as entidades aqui envolvidas.”

No início de dezembro, o presidente do Tribunal de Justiça de Tocantins (TJTO), desembargador João Rigo Guimarães, afirmou que a identificação civil torna a pessoa visível. “Um cidadão que pode ser identificado e ter resgatadas a sua cidadania e dignidade.”

Em 13 de dezembro, a missão chegou ao Maranhão. “A integração do estado à Ação Nacional de Identificação Civil tem como objetivo maior proporcionar dignidade a esses egressos, além de evitar problemas de homonímia que podem causar a prisão de pessoas inocentes”, observou o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Vicente de Paula Castro.

No último estado a receber a comitiva coordenada pelo CNJ em 2021, o juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), Rodrigo Tolentino, reafirmou a importância do o fluxo de identificação e documentação civil como instrumento para concretização da reintegração social das pessoas presas. As missões serão retomadas em janeiro de 2022 e passarão por todas as unidades da Federação.

Fonte: Agência CNJ de Notícias

## **Tribunais devem priorizar digitalização de processos de infância e juventude**

22 de dezembro de 2021, 10h25

Os Tribunais de Justiça deverão dar prioridade à digitalização de processos relacionados à infância e à juventude. Essa é a recomendação do Conselho Nacional de Justiça aprovada durante a 98ª Sessão Virtual, encerrada na última sexta-feira (17/12).

Dollar Photo Club Tribunais devem priorizar digitalização de processos de infância e juventude

"Essa é a medida administrativa de maior envergadura institucional e virá ao encontro dos esforços tidos pelo Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude para averiguar a atual fase de implementação do sistema digital e os dados estatísticos de processos digitalizados em trâmite no 1º e 2º graus", destaca a conselheira Flávia Pessoa, relatora do ato normativo e presidente Fórum Nacional da Infância e Juventude (Foninj).

Os tribunais ainda precisam implantar uma tarja de identificação na capa ou destaque, se eletrônico, nos processos de adoção e destituição do poder familiar para cumprir o estabelecido no artigo 2º do Provimento CNJ 36/2014, bem como nas ações de acompanhamento de crianças e adolescentes em acolhimento ou em privação de liberdade. Ainda é sugerido que os órgãos implantem o Juízo 100% Digital para tramitação dos processos relacionados à infância e juventude.

Prioridade

O Judiciário incluiu os direitos inerentes à infância e à juventude nas metas a serem cumpridas em 2022. Os tribunais estaduais, federais e do trabalho terão metas específicas a cumprir para garantir a agilidade e efetividade dos processos relacionados à infância e adolescência. Sequestro internacional, combate ao trabalho infantil e priorização na tramitação de processos que envolvem esse público serão o foco dos trabalhos.

O anúncio foi feito durante o 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário. "Com a edição de metas nacionais especificamente voltadas para a infância e juventude, a ideia é reforçar o compromisso da Justiça e dar visibilidade ao segmento em meio ao volume total de processos que tramitam nos tribunais todos os anos", afirmou Flávia Pessoa. Com informações da assessoria do CNJ.

0008679-81.2021.2.00.0000

## **CNJ conclui primeiro ciclo de identificação e documentação de pessoas presas**

21 de dezembro de 2021, 17h37

O Conselho Nacional de Justiça concluiu o primeiro ciclo de missões de lançamento da Ação Nacional de Identificação e Documentação Civil de Pessoas Presas. O objetivo é criar fluxos permanentes com instituições locais e nacionais para a emissão de até 12 tipos de documentos a pessoas privadas de liberdade a partir da confirmação da identidade civil, conforme define a Resolução CNJ 306/2019.

ReproduçãoCNJ conclui primeiro ciclo de identificação e documentação de pessoas presas

Em 2021, a ação coordenada pelo CNJ foi iniciada em cinco estados: Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e Tocantins. “Garantir uma emissão confiável de documentos civis às pessoas privadas de liberdade é requisito fundamental ao exercício da cidadania”, afirmou o secretário-geral do CNJ, Valter Shuenquener, durante missão em Mato Grosso.

O coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, Luís Lanfredi, pontuou que o acesso a políticas e serviços públicos tem o potencial de diminuir os efeitos danosos do cárcere. “Esse cenário facilitará a reintegração à sociedade por meio do trabalho, do estudo e dos benefícios sociais.”

A ação nacional cria fluxos permanentes para a confirmação de identidade na porta de entrada do sistema prisional. De forma paralela, é trabalhada a emissão de documentos na porta de saída, a partir de listas emitidas pelo Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU): nessa modalidade, já foram emitidos 3,6 mil documentos em 18 estados.

As atividades integram o programa Fazendo Justiça, parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para incidir em desafios no campo da privação de liberdade. A ação de identificação e documentação tem ainda parceria do Tribunal Superior Eleitoral e da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen).

Nos cinco estados que receberam as missões em 2021, foram realizados treinamentos com as equipes que realizarão a confirmação biométrica. O CNJ enviou mais de 5 mil kits a todos os estados. As informações coletadas integrarão base de dados unificada do TSE que já tem milhões de informações biométricas de brasileiros e brasileiras.

Pelo país

Após o primeiro lançamento em Mato Grosso em meados de novembro, a missão chegou a Mato Grosso do Sul no final do mesmo mês. Para o corregedor-geral de Justiça do TJ-MS, desembargador Luiz Tadeu Barbosa Silva, há necessidade de mudança de paradigmas a respeito da população que passa pelo sistema.

“É muito difícil você falar que está estendendo a mão a uma pessoa que se encontra presa, a sociedade não vê isso com bons olhos. Mas essa é uma resistência que precisamos vencer. Nós precisamos de uma sociedade mais justa, mais humana, e é isso que eu vejo nas atividades do CNJ, do TSE e de todas as entidades aqui

envolvidas.”

No início de dezembro, o presidente do Tribunal de Justiça de Tocantins, desembargador João Rigo Guimarães, afirmou que a identificação civil torna a pessoa visível. “Um cidadão que pode ser identificado e ter resgatadas a sua cidadania e dignidade.”

Em 13 de dezembro, a missão chegou ao Maranhão. “A integração do estado à Ação Nacional de Identificação Civil tem como objetivo maior proporcionar dignidade a esses egressos, além de evitar problemas de homonímia que podem causar a prisão de pessoas inocentes”, observou o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Vicente de Paula Castro.

No último estado a receber a comitiva coordenada pelo CNJ em 2021, o juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Piauí, Rodrigo Tolentino, reafirmou a importância do o fluxo de identificação e documentação civil como instrumento para concretização da reintegração social das pessoas presas. As missões serão retomadas em janeiro de 2022 e passarão por todas as unidades da Federação. Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.

Revista Consultor Jurídico, 21 de dezembro de 2021, 17h37

## Visitação ao Museu do TJMA está suspensa durante recesso

22/12/2021 00:05:00

A visitação ao Museu "Desembargador Lauro de Berredo Martins", do Tribunal de Justiça do Maranhão, ficará suspensa até 6 de janeiro de 2022, dia em que termina o recesso do Judiciário estadual. A partir do dia 7 de janeiro, novos agendamentos para visitas externas poderão ser feitos, pelo e-mail biblioteca@tjma.jus.br e pelos telefones (98) 3261-6146 e 3261-6147, das 8h às 15h.

O museu da terceira mais antiga Corte brasileira - instalada em 4 de novembro de 1813 -, completa três meses. Foi inaugurado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, no dia 21 de setembro de 2021, em solenidade realizada no local do mais recente ambiente cultural maranhense, no Solar das Veras, anexo ao Centro Administrativo do TJMA, no antigo prédio da Assembleia Legislativa, na Rua do Egito, Centro, São Luís.

Na ocasião, o presidente do TJMA ressaltou que a necessidade de historiografar o Poder Judiciário é um dever cultural com as futuras gerações, "proporcionando aos pesquisadores de amanhã, condições de acesso memorial a conteúdo bibliográfico, artístico, fotográfico, científico, histórico e documental, de interesse institucional, jurídico e social, evocando momentos e situações que honraram a Justiça e proclamando os princípios que constituem os alicerces do Tribunal de Justiça do Maranhão".

### ACERVO

O acervo conta com documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como jornais, fotos diversas - inclusive de várias mudanças por que passou o Tribunal -, móveis, selos, medalhas, máquinas de escrever, livros e outras publicações - algumas anteriores à própria existência do TJMA.

Dentre as relíquias, um atlas histórico, geográfico, político e econômico maranhense do final do Século XIX, de autoria de José Ribeiro do Amaral. Há também "Viagem ao Norte do Brasil", obra realizada no início do século XVII, fruto da observação do padre francês Ivo D'evreux.

Quem agendar a visitação ao museu, a partir de 7 de janeiro de 2022, poderá ver uma coleção de registros testamentais dos séculos XVIII e XIX; um livro das atas das sessões do Tribunal da Relação do Maranhão, no período 1841-1845; livro de cartas e títulos dos desembargadores do Maranhão (1813-1899); o livro de termo de posse e juramento dos desembargadores do Tribunal de Justiça, em 1813.

Há também o inquérito policial, de 1935, contra o estudante Hilton Gregório Lobato, preso no Largo do Carmo, em São Luís, por panfletar e distribuir bandeirinhas de cunho político. Ele foi acusado da prática de comunismo na época.

Numa parede, diploma e outros documentos da primeira mulher a ocupar o cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, em 1976: Judith Pacheco. Num lado de uma das salas, cadeiras que foram



usadas no Plenário, em 1908, com uma foto do local onde os móveis estavam, no começo do século XX.

## **HOMENAGEADO**

Em outra parte, a escrivaninha de trabalho do desembargador homenageado que deu nome ao museu: Lauro de Berredo Martins. Uma placa de apresentação conta que ele nasceu em São Luís, em 1926. Descende do clã do historiador e estadista Bernado Pereira de Berredo e Castro, fidalgo cavaleiro da Casa Real, capitão de cavalaria dos Reais Exércitos, governador e capitão general do Maranhão (1718/1722).